

A LUTA PELA EMANCIPAÇÃO FEMININA ATRAVÉS DA IMPRENSA: DOIS BREVES ESTUDOS DE CASO

The fight for female emancipation through the press: two brief case studies

Francisco das Neves Alves
Universidade Federal do Rio Grande (FURG)
franciscodasnevesalves@gmail.com

Isabel Lousada
Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa (CICS.NOVA)
iclousada@gmail.com

RESUMO

O debate a respeito da emancipação feminina foi candente durante o século XIX e a imprensa periódica desempenharia um protagonismo fundamental na expansão das ideias que visavam à revisão do papel social das mulheres. Os embates entre a renovação e o conservadorismo acerca do tema foram acirrados, gerando por vezes múltiplas discussões, com réplicas e tréplicas promovidas por meio das páginas impressas. Este trabalho traz dois breves estudos de caso de tal processo, abordando escritos jornalísticos promovidos dos dois lados do Oceano Atlântico, Julieta de Melo Monteiro, no Brasil, e Sílvia da Vinha, em Portugal.

PALAVRAS-CHAVE: literatura; imprensa; emancipação feminina; Brasil; Portugal.

ABSTRACT

The debate regarding female emancipation was hot during the 19th century and the periodical press would play a fundamental role in the expansion of ideas aimed at revising the social role of women. The clashes between renewal and conservatism on the subject were intense, sometimes generating multiple discussions, with replicas and rejoinders promoted by means of the printed pages. This work brings two brief case studies of such a process, addressing journalistic writings promoted on both sides of the Atlantic Ocean, Julieta de Melo Monteiro in Brazil and Sílvia da Vinha in Portugal.

KEYWORDS: literature; press; women's emancipation; Brasil; Portugal.

Desde sua afirmação definitiva ao final do século XVIII e ao longo da centúria seguinte, a imprensa periódica teria um papel essencial nos amplos debates acerca das transformações estruturais que o mundo ocidental passava nessa época. De um lado, as ideias reformistas, renovadoras e/ou revolucionárias, de outro, as forças conservadoras e/ou reacionárias, mantiveram uma discussão candente por meio dos jornais, promovendo ferrenhos enfrentamentos na defesa de suas premissas e na busca de deslegitimação dos ideais adversários. Tal processo ocorreu em relação aos mais variados fundamentos organizacionais, como o político, o ideológico, o social, o econômico, o cultural e o religioso, não deixando de também se fazer presente nas questões em torno das inter-relações de gênero. A tradicional sociedade moldada em padrões patriarcais, com um amplo predomínio do masculino sobre o feminino passou a ser fortemente contestada, gerando reações contrárias dos defensores do *status quo*. Tais enfrentamentos promovidos por meio do jornalismo são o objeto da abordagem deste ensaio, levando em conta dois breves estudos de caso, um no contexto brasileiro, com a escritora sul-rio-grandense Julieta de Melo Monteiro, e outro na conjuntura portuguesa, com a contista portuense Sílvia da Vinha.

As duas escritoras atuaram na segunda metade dos Oitocentos e associaram, em suas atuações, a criação literária com a atividade jornalística, demonstrando engajamento em determinada militância. Na época, a hierarquia do intelectual foi utilizada como uma estratégia nas lutas, de modo que a presença no campo da cultura ficava inter-relacionada com o embate político. Nesse sentido, as ações poderiam ser compreendidas inteiramente se recolocadas no campo ideológico de que faziam parte, o qual exprimia, de uma forma mais ou menos transfigurada, a posição de uma categoria particular de escritores na estrutura do campo intelectual, por sua vez incluído em um tipo específico de campo político. Desse modo, em meio ao processo literário-cultural, se estabelecia um *corpus* constituído no interior do campo ideológico, o qual se inseria em um sistema de relações de concorrência e de conflito entre grupos situados em posições diferentes no interior de um campo intelectual. Este, por sua vez, também ocupava uma dada posição no campo do poder (cf. BOURDIEU, 2007, p. 184 e 186).

Os intelectuais colocam-se em condições de intervir em outros campos de atuação, em nome da autonomia e dos valores específicos de um campo de produção cultural que chegou a um alto nível de independência em relação aos poderes. Nessa linha, o intelectual torna-se um ser paradoxal, a partir da alternativa entre autonomia e engajamento, uma vez que sua existência se dá, historicamente, na e pela superação dessa oposição. Além disso, ele é uma personagem bidimensional, que não existe e não subsiste como tal a não ser que (e apenas se) esteja investido de uma autoridade específica, a qual é conferida por um mundo intelectual autônomo. Em tal contexto, ele age até mesmo com certa autonomia em relação aos poderes religiosos, políticos e econômicos (cf. BOURDIEU, 1996, p. 150 e 370).

De acordo com tal perspectiva, torna-se fundamental a representação que os intelectuais possuem do mundo social e a função por eles desempenhada neste mesmo mundo. A meta essencial é o convencimento do público, uma vez que o campo intelectual está incluso em um campo de poder, implicando em um *habitus* socialmente constituído, o qual possibilita ao intelectual ocupar as posições que lhe eram oferecidas por um determinado estado do campo intelectual, bem como adotar as tomadas de posição estéticas ou ideológicas vinculadas a estas posições (cf. BOURDIEU, 2007, p. 185, 188 e 190).

No século XIX, essa ação social do intelectual se refletia essencialmente por meio das páginas da imprensa. Nessa época, escrever nos periódicos era uma ocupação reservada a literatos que entendiam os jornais e as revistas como espaços públicos de opinião, de maneira que tal ato constituía uma forma de afirmação de uma autoridade, um modo de publicar ideias, de divulgar obras, ou ainda, de defender ideologias, de travar polêmicas diversas, enfim, de participar ativamente na construção da esfera pública (cf. PEIXINHO, 2010, p. 427). Ocorria, assim, uma inter-relação entre o campo jornalístico e os campos de produção cultural, por meio de uma intervenção de produtores culturais situados em um lugar incerto entre o campo jornalístico e os campos especializados. Desse modo, esses “intelectuais-jornalistas” passavam a se servir de seu duplo vínculo para se esquivarem das exigências específicas dos dois universos e para introduzir em cada um deles poderes mais ou menos bem adquiridos no outro, ficando em condições de exercer dois efeitos principais, ou seja, promover formas novas de produção cultural e fazer valer seus julgamentos críticos e princípios de avaliação, ratificados a partir de uma suposta autoridade intelectual (cf. BOURDIEU, 1997, p. 111).

A ocidente do Atlântico

A escritora Julieta de Melo Monteiro (1855-1928) foi uma das mais importantes representantes da escrita feminina do sul do Brasil, conquistando uma notoriedade intelectual que ultrapassou as fronteiras regionais e nacionais. Publicou os livros *Prelúdios* (1881), *Oscilantes* (1891), *Alma e coração* (1897) e *Terra sáfara* (1928 – edição póstuma) e, junto da irmã Revocata Heloísa de Melo, editou *Coração de mãe* (1893) e *Berilos* (1911). Julieta foi a editora de um dos

precursores periódicos femininos sul-rio-grandenses, a *Violeta*, que circulou entre 1878 e 1879, contando com redação e colaboração exclusivamente feminina e norte editorial voltado à leitura de mulheres. Além disso, colaborou na redação do *Corimbo*, a mais longeva publicação feminina brasileira. Dentre as tantas causas defendidas por Julieta Monteiro, uma das mais importantes foi àquela ligada à condição social da mulher.

A igualdade, os direitos da mulher e a educação feminina foram temas recorrentes pelos quais a intelectual-jornalista intentou o convencimento público. Suas batalhas por meio das palavras refletiam um dos cerne da escrita feminina e foram travadas por meio de contos, crônicas, dramas e poemas, mas também por uma atuação mais vibrante nas páginas dos jornais. Embora Julieta Monteiro não chegasse a promover um jornalismo mais radical, optando por um estilo normalmente moderado, não poupou esforços para promover a ideia de que, mesmo sem deixar de lado sua vida familiar, as mulheres poderiam conquistar uma nova função social, notadamente a partir de uma educação mais apurada.

Nesse sentido, ainda na redação da *Violeta* Julieta trouxe aos leitores o texto “A educação da mulher” (VIOLETA, Rio Grande, 20 abr. 1879, a. 2, n. 45, p. 2), breve artigo, considerado como ideal para atender “ao tamanho do jornalzinho”. De acordo com o texto, era na educação feminina que estava uma das principais, senão a primeira das bases da felicidade feminina. Revelando o tom combativo, a redatora explicava que não estava dentre aquelas pessoas que julgavam a mulher apenas apta para o serviço doméstico, contrariando ao que algumas penas assaz abalizadas vinham julgando. Havia também a ressalva da discordância para com uma educação exclusivamente literária, com a proposta de um meio termo, o qual seria o melhor método a seguir. Nessa linha, a proposta era a conciliação entre os afazeres domésticos e a instrução, uma vez que o estudo seria sempre útil. Explicitando mais uma vez o embate, ficava demarcado o descrédito para com aqueles que não defendiam a educação feminina, sob a alegação de que parecia incrível que houvesse pessoas que dissessem não saber para que serviriam as letras.

Na mesma edição, tal texto era corroborado pela publicação de um poema intitulado “O estudo” (VIOLETA, Rio Grande, 20 abr. 1879, a. 2, n. 45, p. 4), o qual Julieta Monteiro, posteriormente, viria incorporar ao conteúdo do livro *Prelúdios* (MONTEIRO, 1881, p. 34). Nos versos ficava reforçada a proposta de que as mulheres deveriam procurar a luz das letras, em substituição a outros afazeres mais fúteis, de modo que, pela instrução, obtivessem um novo papel social:

É no estudo apurado das letras
Que a mulher procurar deve a luz,
Não nos bailes, nas salas festivas
Onde a louca vaidade transluz.

Estudar é buscar um futuro
Nobre, santo, querido por Deus,
Estudar é buscar no trabalho
Desvendar das ciências os véus.

Estudai, pois ó flores singelas
Meigas virgens que em trevas viveis,
Que áureo prêmio de vossos trabalhos
No saber muito breve achareis.

Nas páginas do *Corimbo* o combate em nome de uma nova condição social para a mulher foi constante. Na folha literária e feminina, Julieta Monteiro publicou consecutivas colaborações acerca do tema, chegando a gerar debates quanto às questões por ela defendidas. De acordo com tal perspectiva, foi publicado o artigo denominado “Duas faces” (CORIMBO, Rio Grande, 29 mar. 1891, a. 7, n. 23, p. 1), segundo o qual havia duas formas inteiramente opostas de educar a mulher,

ou seja, mostrando-lhe todos os horrores do mundo, todas as perversidades de que era capaz o homem, ou, por outro lado, cobrindo-a com denso véu, sempre que tivesse de enfrentar as misérias que a sociedade apontava diariamente. A autora buscava adotar uma postura mediana, demonstrando os prós e contras de cada uma das formas de instruir as meninas, e propondo que elas não fossem deixadas na plena escuridão, mas que também não fossem expostas a toda hediondez. Revelando abertura em relação a outros pensamentos, a articulista pedia opiniões quanto ao tema, uma vez que, para ela, seria tão grato o aprender.

O artigo de Julieta trazia a necessidade da educação para as meninas como uma condição *sine qua non* na formação das mulheres. As estratégias para promover a educação feminina acabaram por transformar-se em assunto de debate, promovido em meio às páginas do periódico, com a participação de dois escritores rio-grandenses, Tito Canarim, poeta e jornalista que atuou no jornal rio-grandino *Eco do Sul* (ALVES, 2020, p. 41) e Cipriano Porto Alegre, poeta e professor que atuou na cidade do Rio Grande (MARTINS, 1978, p. 456). A resposta de Julieta Monteiro foi expressa por meio do artigo “Ainda a educação da mulher” (CORIMBO, Rio Grande, 5 abr. 1891, a. 7, n. 24, p. 1-2; 12 abr. 1891, a. 7, n. 25, p. 1-2; 19 abr. 1891, a. 7, n. 26, p. 1-2; e 3 maio 1891, a. 7, n. 28, p. 1), no qual ela ponderava sobre as posições dos citados articulistas, o primeiro contrário e o segundo favorável às suas ideias e vindo a concluir que preferia manter a formação das meninas o mais afastada possível dos vícios, mas sem abandonar a perspectiva da necessidade da instrução feminina.

Como o debate permaneceu, a poetisa gaúcha lançou argumentos com maior veemência no texto “Respondendo ao artigo” (CORIMBO, Rio Grande, 17 maio 1891, a. 7, n. 30, p. 1), no qual reiterava que preferia ver a educação das meninas sem a necessidade de um contato maior com os vícios e as chagas da sociedade. A escritora reagia à argumentação de que, no cenário da vida, a mulher poderia ser apenas boa filha, esposa ou mãe, destacando que tal “trilogia” tinha representatividade para ela, mas estaria bem longe de limitar a mulher a esse círculo, onde era certo que desejava vê-la a grande ou a maior parte do sexo varonil. Ela opôs-se frontalmente à dedução de seu oponente de que preferia a mulher ignorante, vindo a afirmar que queria a mulher educada, instruída, ilustrada, identificada com as evoluções do progresso humano, bem como seguindo o caminho do século e participando das glórias e dos infortúnios do homem.

Ainda houve outros dois artigos dos contendores, com a deposição de armas do polemista que antagonizava com Julieta. Mas a escritora não se mostrou satisfeita e, novamente de forma enfática, publicou o artigo “Ainda e sempre” (CORIMBO, Rio Grande, 24 maio 1891, a. 7, n. 31, p. 1-2; e 31 maio 1891, a. 7, n. 32, p. 1-2). No texto, a escritora fazia uma exortativa defesa da condição feminina, não aceitando que seu antagonista usasse expressões como “vence porque é delicada, porque é mulher, porque não nos animamos a prosseguir”, diante do que reagia, declarando que rejeitava a vitória oferecida, pois se tivesse pretensões ao triunfo, desejaria obtê-lo pela razão. A resposta de Julieta Monteiro trazia em si uma defesa peremptória da mulher, afirmando que não queria, como supunha seu rival, divinizar o sexo feminino, argumentando que, caso as mulheres tivessem a vaidade de que eram acusadas, poderiam ter por base as homenagens recebidas pela palavra, pela pena e pelo coração dos homens. Fazendo referências quanto à visão de certas nacionalidades para com o papel da mulher, Julieta concluía que preferia vê-la grande, digna e exemplar.

Na virada de 1891 para 1892, o *Corimbo* publicou em partes o texto de Julieta de Melo Monteiro intitulado “A mulher” (CORIMBO, Rio Grande, 20 dez. 1891, a. 8, n. 61, p. 1-2; e 20 mar. 1892, a. 8, n. 72, p. 1), também apresentado na íntegra nas páginas do livro *Alma e coração* (MONTEIRO, 1897, p. 165-171). O artigo trazia em si uma síntese do pensamento defendido pela autora em torno da luta pela educação e emancipação feminina. Na abertura do texto, a escritora opinava que a mulher era e continuaria sendo sempre o assunto predileto do homem, fosse de maneira positiva ou negativa. Nesse sentido, afirmava que quer endeusando-a, quer emprestando-lhe defeitos que estava longe de possuir, muitas eram as penas que diariamente apareciam para

descrevê-la. Segundo Julieta, tais percepções tratavam da missão feminina junto ao lar e davam justo ou errôneo parecer sobre as habilitações e empresas concernentes ao sexo feminino. A jornalista rio-grandense destacava ainda que grande parte dos homens, e especialmente aqueles cujo espírito não tinha o necessário desenvolvimento, se posicionavam pela “decantada trilogia *filha, esposa e mãe*”.

No artigo, Julieta Monteiro assumia uma postura de combate, ao afirmar que aqueles que pretendiam atribuir à mulher única e exclusivamente as funções domésticas, não poderiam e não queriam concordar que esse ente apelidado de fraco, pudesse desempenhar no vasto cenário do mundo um papel igual e até muitas vezes superior ao do homem. Ela se referia a um livro editado em 1868, cuja autoria era indicada pelas iniciais A. R. T. S.¹, e citava a autora do *Tratado da emancipação da mulher e direito de votar*, ao dizer que era uma arrogância do homem pensar que a cabeça feminina não poderia rivalizar com a dele. De acordo com Julieta, essa seria uma premissa incontestável e, para corroborar com a tese, destacava que a história de todos os tempos mostrava um sem número de exemplos da capacidade intelectual da mulher, havendo casos que se repetiriam diariamente, se fossem outros os elementos à disposição das mulheres. A tal respeito, a escritora discorria sobre um de seus temas preferidos, alegando que a educação feminina vinha sendo até então cruelmente descurada, bem como a liberdade de proceder na sociedade de parte da mulher, vinha encontrando sempre as mais rigorosas peias, especialmente no Brasil.

A jornalista opinava ainda que não lhe parecia haver razão para aquele tratamento em relação às mulheres e saudava o fato de ver que ao seu lado batalhavam “grandes espíritos”, que lutavam em prol da educação e emancipação da mulher. Na concepção da escritora, tal qual o homem, a mulher tinha direitos e poderia pensar e agir como ele. Para comprovar suas asseverações, Julieta Monteiro citava vários autores, como o pensador francês Condorcet, e os britânicos Godwin e Bentham, considerados como “ilustres democratas europeus” que reconheceram o direito da mulher. Na mesma direção, ela afirmava também que “os mais alevantados talentos” da Alemanha, França e Inglaterra concordavam na igualdade de inteligência entre os dois sexos. Diante disso, Julieta exclamava: “Deixem-na, pois, dar livre curso às suas ideias: trabalhar e pensar por si”. Voltando à estratégia das citações, sem explicitar a autoria, ela destacava que uma ilustrada pena teria escrito que enquanto a mulher subsistisse somente pelo trabalho do marido, a sua condição seria sempre triste, estando sem representação na sociedade e sempre exposta e maltratada especialmente pela classe dos homens pouco ilustrados.

De acordo com a intelectual-jornalista, seria necessário que a mulher rompesse os “ridículos preconceitos” a que infelizmente por uma mal entendida submissão, teimava em prestar culto. A poetisa sustentava ainda que a mulher poderia ser inteligente, ativa, empreendedora, sem esquecer o santuário da família, mas tomando parte empenhada em todos os tentames proveitosos, onde pudesse salientar-se. Na concepção de Julieta, a mulher poderia destacar-se pelo seu critério, pela sua eloquência persuasiva, pela sua fácil compreensão, pelo modo judicioso com que encarava certas questões, diante das quais os homens se lançavam apaixonadamente e sem tempo de verificarem e estudarem o principal caminho a tomar.

Na continuidade de seu texto engajado à causa feminina, Julieta Monteiro destacava que julgavam as mulheres como fracas, incapazes de regenerarem-se por si, e, por esse motivo, consideravam-nas absolutamente dependentes do pai, do tutor, do esposo, de um homem enfim que lhes pudessem abrir os olhos, para que se não precipitassem no abismo no qual a “proverbial ignorância e falta de prática”, as levariam inevitavelmente. Na visão da escritora tal argumentação não passava de um engano, defendendo a opinião contrária, segundo a qual, a mulher não nascera simplesmente para obedecer. Para corroborar sua perspectiva, Julieta enfatizava que a história mostrava que muitas mulheres tinham dado irrecusáveis provas de sua capacidade para governar, citando alguns casos que teriam constituído excelentes testemunhos do quanto poderia atingir a

¹ A autora em pauta é Anna Rosa Termacsics dos Santos (1821-1886). V. RIBEIRO, 2019.

inteligência, o critério, a força de vontade e a tática da mulher. Quanto aos que se antepunham à confirmação das capacidades femininas, a jornalista rio-grandense declarava que causava pasmo que algumas penas deixassem cair de seus bicos tão saliente contrassenso.

Em clara alusão à sua profissão, Julieta Monteiro lembrava nomes de jornalistas que tinham se destacado no contexto internacional e, diante de tal cenário, questionava como se poderia negar à mulher influência nos grandes cometimentos internacionais. Segundo a autora, os homens, especialmente aqueles cujo espírito era um foco de ilustração, deveriam antes animar a mulher a que estudasse, se educasse e se ilustrasse, de modo que assim poderia ocupar na sociedade o lugar que a ela competia. Para a poetisa, tal postura de apoio seria a mais recomendável para os homens, ao invés de estarem procurando desprestigiar a mulher, rindo de uma ignorância cruel a que ela estaria condenada e que, para a escritora, era incompatível com o século de Victor Hugo, o século das luzes. Julieta reconhecia que a mulher brasileira, quase que no geral, pertencia ao número daquelas que desconheciam, em termos literários, as “glórias de seu florescente país”, mas imputava a culpa de tal situação aos homens. Assim, na sua percepção, a maior soma de responsabilidade dessa fatal cegueira, dessa calamitosa treva, na qual a mulher tateava, cabia incontestavelmente ao homem.

Nessa perspectiva, a escritora gaúcha defendia que, ao invés de condenar a mulher à ignorância, ao homem cabia mostrar-lhe a luz, e, para tanto, não seria necessária nenhuma luta titânica, uma vez que a mulher era inteligente e, convenientemente educada, poderia estar sempre a par do homem no grande convívio social. Mais uma vez recorrendo aos dizeres de um intelectual, no caso o político, jornalista e escritor pernambucano Joaquim Nabuco, apontado pela escritora como “cabeça gigante” e “talento adorável”, citava suas palavras, ao afirmar que a posição da mulher na vida moderna tendia a rivalizar com a do homem, pois a indústria não conhecia sexos, bem como inteligência, aptidão e honestidade seriam grandes qualidades de operário que a mulher possuía em elevado grau. Ao concluir o artigo, Julieta Monteiro optava novamente pela citação, desta vez oriunda dos dizeres do escritor português Augusto Emílio Zaluar, apontado pelo epíteto de “inolvidável pena do poeta das *Revelações*”, o qual traçara em “caracteres de ouro” uma “grande verdade”, a qual seria: “*Procurar instruir os homens, e deixar na ignorância as mulheres, é um erro e um crime*”².

A oriente do Atlântico

A acirrada luta em torno da emancipação feminina foi também aguerrida em Portugal, com os jornais servindo como veículos difusores do ideário pró e contra tal perspectiva de mudança social. Várias escritoras viriam a adquirir notoriedade nesse campo, levando em frente a flama de um novo papel social para a mulher, apesar das tantas resistências conservantistas que encontravam pelo caminho. Nesse campo, os periódicos portugueses colaboraram decisivamente na edificação de tal conflito discursivo, com a publicação de artigos tanto de autoria masculina, quanto de algumas das mais reconhecidas representantes da escrita feminina e mesmo de autoras pouco conhecidas e difundidas no cenário lusitano. Nesse último caso esteve Sílvia da Vinha, que atuou como contista no semanário humorístico-ilustrado portuense, *Pontos e Vírgulas*, entre os anos de 1894 e 1895. Não há qualquer tipo de evidência acerca da autora em obras com algum tipo de referência biobibliográfica no contexto luso e no de seu âmbito jornalístico³.

Sílvia da Vinha poderia constituir uma autora que atuou em um espaço/tempo bastante restrito, publicando em um meio não tão conceituado para a época como eram os jornais caricatos e que, portanto, não foi incorporada ao cânone literário português, como aconteceu com várias outras escritoras que não aparecem nos “manuais” de uma história literária lusa. Mas aquele poderia ser também um pseudônimo utilizado por uma senhora que procurava não ser associada aos textos

² Texto adaptado a partir de ALVES, 2018.

³ Tais obras foram: ANDRADE, 1985; ANDRADE, 1989; ARANHA, 1907-1908; CHAGAS, 1876-1886; CUNHA, 1941; MARTINS, 1941; PEREIRA; RODRIGUES, 1904; e SILVA; ARANHA, 1858-1923.

publicados no *Pontos e Vírgulas*, pois, por mais que este periódico buscasse mostrar-se como uma folha destinada a um público mais amplo, inclusive o feminino, sobre suas matérias e desenhos recaía um significativo preconceito. Como a maior parte da imprensa caricata de então, tal visão preconceituosa advinha dela não se tratar daquilo que se convencionava denominar de imprensa séria, por seu caráter essencialmente crítico-opinativo, ou ainda por algumas vezes chegar a ter seu conteúdo categorizado como pornográfico. Tais fatores criariam a tendência de uma senhora talvez não desejar associar o seu nome a essa modalidade editorial, recorrendo então à pseudonímia. Finalmente, Sílvia da Vinha poderia ser ainda o pseudônimo de um homem que visava a chamar atenção dos leitores pelo inusitado de uma mulher estar colaborando com o periodismo caricato, algo nada comum no horizonte das folhas caricaturais de então. Nesse sentido, a presença de tal escrito feminino serviria como um atrativo e um diferencial para o jornal, tão carente de assinantes ou compradores de números avulsos, como era típico entre os representantes da pequena imprensa de então.

Foram várias as colaborações publicadas por Sílvia da Vinha nas páginas do hebdomadário portuense e, em grande parte deles, havia um protagonismo feminino no desenrolar dos contos. A luta por uma revisão no papel social feminino se manifestou ainda mais evidentemente no texto intitulado “A emancipação das mulheres” (PONTOS E VÍRGULAS, Porto, a. 2, n. 35, 1º jun. 1895, p. 2-3), o qual trazia um caráter panfletário e combativo em nome dos interesses em torno da liberdade feminina. Tratava-se de mais um dos tantos elementos constitutivos que marcaram os embates entre mudança e conservação, pois constituía uma manifestação de ampla oposição a um artigo publicado em periódico editado no âmbito bracarense, ao qual eram imputados vários erros e inverdades ao tratar do feminino. O texto reconhecia na mulher apenas uma possível inferioridade física e em nenhum outro campo. A proposta central estava em torno de retirar a mulher do jogo do “convencionalismo servil e estúpido”, dando-lhe chances de educar-se e ilustrar-se, abrindo os horizontes à sua inteligência e deixando que ela aliasse os seus dotes intelectuais à sua intuição. Havia também um esforço para demonstrar a coragem, o valor e a abnegação feminina, indo de encontro ao artigo analisado, o qual só teria buscado exaltar os seus erros e vícios, esquecendo todas as suas virtudes⁴.

“A emancipação das mulheres” foi uma contradita a um artigo homônimo publicado em periódico também do norte português, da cidade de Braga, intitulado *Correspondência do Norte*. Este texto era da lavra de Joaquim Alfredo Gallis, funcionário público, romancista e jornalista luso, também conhecido pelo pseudônimo Rabelais, cuja obra em grande parte compunha-se da denominada “leitura para homens”, com cunho licencioso e pornográfico (MOREIRA, 2018; e VENTURA, 2011, p. 167-174). Segundo a escritora, tal artigo “se impôs grandemente” à sua admiração, “quando mais não fosse, pelo extraordinário retrocesso das suas ideias”, uma vez que avaliava o gênero feminino a partir de estereótipos como a “*cocote do boulevard*” ou a “bailarina da ópera. Para Sílvia, o seu contendor se comprazia “em entornar por uma suja tela as sombrias tintas de uma pintura mentida, em espriar-se por uma lógica aviesada”, com uma abordagem que vinha “inconscientemente, servir aos interesses daquelas que ousam respirar um pouco acima do pântano em que as atuais convenções sociais pretendem sufocar-lhes as legítimas aspirações de emancipação”.

Em tom irônico e cáustico, Sílvia da Vinha intentava tirar a legitimidade do texto que analisava:

Foi com infinita dor, com uma comiseração sentidíssima, que eu lamentei incomparavelmente mais a superioridade intelectual do supracitado autor do artigo, do que a tão decantada inferioridade da mulher... Que pena eu tive desse ser superior, vendo-o, a ele, tão altivo! curvado, humilhado, vencido, perante esse *bibelot* caprichoso, perante essa galante nulidade, rastejar pela adulação, conspurcar-se pela mentira, rojar-se em holocausto à “beleza sem alma, ou até à

⁴ Texto ampliado a partir de ALVES; LOUSADA, 2019.

licença sem beleza”, à falta de compreender um ideal melhor!... Quanto mais não admiro eu a mulher que eleva as ideias e os sentimentos acima do tremedal em que ele quisera afundar-lhe a alma!

Eu creio piamente, e nisso encontro razoável justificação aos erros que li com profundo asco, que o autor tem conhecido da mulher de hoje apenas a boçal e a rameira. Nem doutro modo se compreendem tão grosseiras como injustas apreciações.

A articulista do *Pontos e Vírgulas* ressaltava a educação como fundamento básico para a liberdade feminina, ao mesmo tempo em que chamava a atenção para o fato de que Gallis exagerava e encarecia “os defeitos da mulher, fazendo-a responsável deles” vindo a esquecer “que esses defeitos são os do seu século e a consequência imediata e fatal da má orientação de uma educação sobrecarregada e, aliás, insuficientíssima”. A autora reconhecia “a inferioridade física” do seu sexo, explicando que era não era a sua abordagem central, sem deixar de ressaltar que tal condição implicasse também em inferioridade mental. Nesse sentido, mais uma vez com jocosidade, desdenhava do adversário, ao afirmar que “se tivesse muitos desejos de o profundar, não menos ambicionaria examinar anatomicamente o encéfalo do escritor de que me venho ocupando”.

Sílvia da Vinha ressaltava que aquele que respondia pela pseudonímia de Rabelais só amesquinha a mulher, vindo a apontar que ela só teria “uma fase apreciável – a maternidade”. Quanto a esse aspecto, ela destacava que o articulista adversário acabava por poupar-lhe argumentos, vindo a “incautamente provar que a mulher de quem ele se gloria de fugir, como o safio ao escapar da rede”, não constituía apenas a “a futilidade” que anunciava, vindo a reconhecer, “apesar de tardiamente, o sacerdócio que ela faz dos seus deveres, apenas iniciada neles”.

Em seguida, a contista portuguesa, arrematava o texto, demarcando o papel relevante das mulheres na sociedade e derrubando efetivamente os argumentos do seu rival:

Pois bem: arranque-se a mulher ao círculo esmagador do convencionalismo servil e estúpido em que ela se debate; eduque-se; ilustre-se; abram-se-lhe amplos horizontes à inteligência; deixe-se que livremente ela alie aos seus dotes intelectuais a superior percepção de que dispõe, a sua incontestável e elevadíssima intuição do grande; deem-se-lhe grandiosos fins que lhe polarizem as ideias e ver-se-á a mulher cingida de uma nova e maravilhosa auréola.

É àqueles que, com fumaças de eruditos, pretendem ridicularizá-la que eu lembro como a mulher se exaltou, como atingiu o sublime, na grande epopeia do martirologio cristão. Companheira inseparável de todos os desgraçados, ela que era débil para a lua, foi forte e valorosa para o sofrimento. Compreendida todas as dores, adivinhava todos os perigos: era a imagem viva do conforto; a misteriosa encarnação da providência. Nunca houve sacrifício que a fizesse recuar, nem penoso dever que a intimidasse. Era à cabeceira do enfermo, à porta da cabana do pobre, guardando os vasos sagrados, chupando o sangue das feridas dos mártires, dando-lhe piedosamente sepultura às cinzas que ela se encontrava.

E na hora da provação, quando os perseguidores da sua lei a conduziam à morte, ela sorria ao tormento. No meio das chamas, relanceava olhos compassivos pelos seus verdugos e orava por eles, pelos bárbaros, que não sabiam o que faziam.

Eis um prisma porque talvez nunca o autor do artigo encarasse a mulher. Foi-se pela ignorância e colheu-lhe apenas a secreção da alma – os erros, os vícios. As virtudes, acalcanho-as.

Creio bem que desta superioridade de intelecto, deste primor de observação não culpará ele também a mulher...

Duas escritoras que atuaram com um oceano de distância, enfrentando contextos históricos diferenciados, como a transição dos tempos monárquicos para os republicanos, no Brasil, e a aguda crise do regime monárquico, em Portugal. Mas não era apenas o mesmo idioma que as aproximava.

Julietta escrevia da mais meridional unidade brasileira, na localidade do Rio Grande, e Sílvia, da cidade do Porto, ao norte luso, duas comunidades cuja base econômica era o comércio e que permaneciam fortemente caracterizadas por um conservadorismo social, com uma estrita agudeza quanto ao predomínio do patriarcalismo e a perspectiva da superioridade masculina. Monteiro e Vinha utilizaram-se das páginas impressas para fazer ecoar o grito de liberdade para as mulheres, mormente a partir de melhores condições educacionais, promovendo enfrentamentos com autores do sexo masculino. Uma amplamente reconhecida e a outra, praticamente anônima, mas ambas unidas, ao menos em espírito, na luta pela emancipação feminina, utilizando-se do poder da palavra como arma nos combates contra os defensores da continuidade da subordinação feminina. Dos dois lados do Atlântico, as duas lutaram para manter acesa a chama libertária que garantisse um novo papel social para as mulheres.

Referências

- ALVES, Francisco das Neves. *Escrita feminina no sul do Brasil: Julieta de Melo Monteiro – autora, poetisa, editora e militante*. Lisboa: Cátedra Infante Dom Henrique; Rio Grande: Biblioteca Rio-Grandense, 2018.
- _____; LOUSADA, Isabel Maria da Cruz. *Sílvia da Vinha: escrita feminina na imprensa caricata portuense*. Lisboa: CLEPUL, 2019.
- _____. *Historietas no sul do Brasil: poemets satíricos (1891)*. Lisboa: CLEPUL; Rio Grande: Biblioteca Rio-Grandense, 2020.
- ANDRADE, Adriano Guerra. *Pseudônimos de autores portugueses: contribuição para um dicionário*. Lisboa: [s.n.], 1985.
- ANDRADE, Adriano Guerra. *Dicionário de pseudônimos e iniciais de escritores portugueses*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1999.
- ARANHA, Pedro W. de Brito. *Fatos e homens do meu tempo: memórias de um jornalista*. Lisboa: Parceria António Maria Pereira Livraria e Editora, 1907-1908. 3 tomos.
- BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- _____. A influência do jornalismo. In: _____. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- _____. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- CHAGAS, Manoel Pinheiro. *Dicionário popular histórico, geográfico, mitológico, biográfico, artístico, bibliográfico e literário*. Lisboa: Lallemand Frères, 1876-1886. 16 v.
- CUNHA, Alfredo da. *Relances sobre os três séculos do jornalismo português*. Lisboa: Gráfica Santelmo, 1941.
- MARTINS, Ari. *Escritores do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS; Instituto Estadual do Livro, 1978.
- MARTINS, Rocha. *Pequena história da imprensa portuguesa*. Lisboa: Inquérito, 1941.
- MONTEIRO, Julieta de Melo. *Prelúdios*. Rio de Janeiro: Tipografia Cosmopolita, 1881.
- _____. *Alma e coração: livro do passado*. Rio Grande. Tipografia Trocadero, 1897.
- MOREIRA, Aline. *Alfredo Gallis (1859-1910), naturalismo e pornografia no final do século XIX*. 2018. Acesso em: 15 maio 2020. Disponível em: http://abralic.org.br/anais/arquivos/2018_1547733354.pdf.
- PEIXINHO, Ana Teresa. Escritores e jornalistas: um estudo de caso. In: RIBEIRO, Maria Manuela Tavares (Coord.). *Outros combates pela História*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010. p. 423-436.
- PEREIRA, Esteves; RODRIGUES, Guilherme. *Portugal: dicionário histórico, corográfico, heráldico, biográfico, bibliográfico, numismático e artístico*. Lisboa: João Romano Editor, 1904. 7 v.
- RIBEIRO, Cristiane de Paula. *A vida caseira é a sepultura dos talentos: gênero e participação política nos escritos de Anna Rosa Termacsics dos Santos (1850 1886)*. Juiz de Fora: Ed. Da UFJF, 2019.
- SILVA, Inocêncio Francisco da; ARANHA, Pedro W. de Brito. *Dicionário bibliográfico português: estudos aplicáveis a Portugal e ao Brasil*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1858-1923. 23 v.
- VENTURA, António. “Rabelais”, isto é, Alfredo Gallis, o pornógrafo. In: GALLIS, Alfredo. *Aventuras galantes*. Lisboa: Tinta da China, 2011. p. 167-174.

Recebido em: 8 jul. 2020.

Aprovado em: 22 set. 2020.